

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO –
CAMPUS- MORRINHOS**

VICTÓRIA SAMARIA DA SILVA SANTOS RICCIOLLI

A RELEVÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MORRINHOS-GO

2020

VICTÓRIA SAMARIA DA SILVA SANTOS RICCIOLLI

A RELEVÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia, no Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos.

Área de concentração: Educação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sangelita Miranda Franco Mariano

MORRINHOS

2020

A RELEVÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado para obtenção de grau de
licenciada em Pedagogia, no Instituto
Federal Goiano – Campus Morrinhos pela
banca examinadora formada por:

Morrinhos, 04 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ronaldo Elias Borges

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos

Profa. Esp. Layla Aparecida Rodrigues Felisberto

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos

Prof. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos

R493r Riccioli, Victória Samaria da Silva Santos.
A Relevância da afetividade na Educação Infantil. / Victória Samaria da
Silva Santos Riccioli. – Morrinhos, GO: IF Goiano, 2020.
42 f.

Orientadora: Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal Goiano
Campus Morrinhos, Licenciatura em Pedagogia, 2020.

1. Educação Infantil. 2. Afetividade. 3. Ensino-aprendizagem. I.
Mariano, Sangelita Miranda Franco. II. Instituto Federal Goiano. III. Título.
CDU 37-053.2

Fonte: Elaborado pela Bibliotecária-documentalista Morgana Guimarães, CRB1/2837



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- Tese
- Dissertação
- Monografia - Especialização
- TCC - Graduação
- Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____
- Artigo Científico
- Capítulo de Livro
- Livro
- Trabalho Apresentado em Evento

Nome Completo do Autor: Victoria Samaria da S. Santos Riccioli
 Matrícula: 2014204221312042
 Título do Trabalho: A Relevância da afetividade na Educação Infantil

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano 06/12/2020
 O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não
 O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

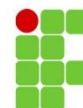
- O/A referido/a autor/a declara que:
- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
 - obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
 - cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Morimhos 06/12/2020
 Local Data

Victoria Samaria S. S. Riccioli
 Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Janqeta M. Lacerda Moreira
 Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS MORRINHOS
Curso de Pedagogia
Coordenação de Trabalho de Curso

**ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CURSO
– TC**

No dia **04 de dezembro de 2020**, a partir das 14:00h horas, por meio de reunião virtual via Google Meet, ocorreu a banca de defesa do trabalho de curso (TC) intitulado: **A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, da aluna **VICTÓRIA SAMARIA DA SILVA SANTOS RICCIOLLI**, sob a orientação da professora: **Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano**, do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia. A banca de avaliação foi composta pelos professores: **Profa. Ma. Layla Aparecida Rodrigues Felisberto** e **Prof. Dr. Ronaldo Elias Borges**.

A média obtida foi: **7,0 (SETE PONTOS)**, sendo considerada a aluna:

- aprovado sem ressalvas.
 aprovada com ressalvas.
 não foi aprovado.
 não compareceu

Morrinhos, 04 de dezembro de 2020.

Profa. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

Profa. Esp. Layla Aparecida Rodrigues Felisberto

Prof. Dr. Ronaldo Elias Borges

Dedico o presente trabalho à minha família pela confiança e fé demonstradas;
Aos professores pelo simples fato de estarem dispostos a ensinar;
À minha orientadora pelo conhecimento e paciência demonstrados no decorrer deste;
A todos que contribuíram direta ou indiretamente para tornar o meu caminho mais fácil a ser percorrido;
Enfim, a Deus, pela fé e força que nos passa para conseguir superar os momentos de dúvida e exaustão.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me fez sonhar com esse momento, dando-me força, fé, graça e sabedoria, para enfrentar as dificuldades deparadas ao longo do caminho e, ainda, por me proporcionar mais uma conquista e o bem mais precioso que poderia receber um dia, a vida.

Aos meus pais com amor e carinho, por me ensinarem a ser forte quando precisava e chorar quando necessário. Mesmo nos momentos que vocês precisaram a ser duros, vocês fizeram isso com amor e respeito.

Ao meu esposo Rafael, por toda a paciência, compreensão, carinho, incentivo e amor. Agradeço o apoio e este trabalho e dedico todo o meu amor a você.

Aos mestres, que transmitiram seus conhecimentos e experiências profissionais e contribuíram de forma promissora para o meu aprendizado acadêmico, em especial à minha orientadora, Prof.^a Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano, por ser exemplo de dedicação, de dignidade pessoal e, sobretudo, de carinho e amizade.

Às colegas-amigas-irmãs, Fernanda e Monise, que ganhei nesse curso, por me ouvir e incentivar nos momentos de angústia, pela cumplicidade, ajuda e pelo valioso laço de amizade que espero não se romper.

Ao Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos, seu corpo docente, direção e administração que promove um ambiente criativo e amigável.

A todos, que direta ou indiretamente ajudaram nesse processo de conhecimento, sem a ajuda este sonho não teria realizado, vocês são tudo para mim.

"A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida." (John Dewey).

RESUMO

O presente trabalho trata da afetividade no ambiente escolar, na relação professor-aluno e na relação com o mundo. Desse modo temos como objetivo compreender em que medida a afetividade interfere no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil. Percebe-se, a partir da literatura revisada, que a afetividade interfere na relação do indivíduo consigo, com seus pares, com os adultos e na sua relação com o mundo. A pesquisa buscou contemplar uma revisão da afetividade na educação, para compreender as expressividades infantis, desenvolvendo um trabalho pedagógico que possa atingir o processo de humanização da criança. Por conseguinte, a metodologia utilizada foi o estudo bibliográfico, visando o levantamento teórico da literatura sobre o tema. Conseguiu-se chegar aos resultados esperados, por meio da análise de livros e artigos de estudiosos que apresentam a importância da afetividade no âmbito educacional e como a escola está ligada ao desenvolvimento da criança, fazendo uso da historicidade no que diz respeito à afetividade e como ela está ligada à educação infantil.

Palavras - Chave: Educação Infantil. Afetividade. Ensino. Aprendizagem.

ABSTRACT

The present work deals with affectivity in the school environment, in the teacher-student relationship and in the relationship with the world. In this way, we aim to understand to what extent affectivity interferes in the teaching and learning process in early childhood education. It can be seen, from the reviewed literature, that affectivity interferes in the individual's relationship with himself, with his peers, with adults and in his relationship with the world. The research sought to contemplate a review of affectivity in education, to understand children's expressiveness, developing a pedagogical work that can reach the child's humanization process. Therefore, the methodology used was the bibliographic study, aiming at the theoretical survey of the literature on the subject. It was possible to reach the expected results, through the analysis of books and articles by scholars who present the importance of affectivity in the educational scope and how the school is linked to the development of the child, making use of historicity with regard to affectivity and how it is linked to early childhood education.

Keywords: Early Childhood Education. Affectivity. Teaching. Learning.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	14
2.1. Ordenamento jurídico da educação infantil	14
3 CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS ACERCA DA AFETIVIDADE E DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	28
3.1 O afeto na relação com a criança.....	28
3.1 Implicações da afetividade no desenvolvimento infantil	35
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
5 REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

Muitos são os motivos para a escolha de um tema tão singular quanto a Educação Infantil. As vivências acadêmicas, os estudos e pesquisas despertaram o meu interesse pela área de estudo da educação infantil, em que as relações da criança são estendidas para a escola, visto que a partir desse momento, a criança, fará parte de um novo núcleo. Na educação infantil, a criança vai receber o suporte e apoio afetivo para a base do seu aprendizado, é nesse momento que ela inicia o processo de aprendizagem, que vai desenvolver por muitos anos da sua vida.

Motivar e levar a criança a usar a sua criatividade, explorar seus sentidos, são aspectos muito presentes na educação infantil, porém, não efetivamente completos, porque observamos nos estágios, que nem todo professor ou monitor explora a criatividade das crianças, realizando apenas atividades monótonas. No entanto, esse é um ponto que chama muita atenção, justamente pelo processo de descoberta em que a criança passa, ou seja, que levam a criança a aprender como identificar as suas emoções e lidar com elas, nesse caso, especialmente na escola. Por essas razões, a escolha do tema foi proposta para abordar a afetividade, porque ela possui estreita relação com o processo de ensino-aprendizagem que a criança vai levar por toda a sua vida.

Hodiernamente, estudos relacionados à Educação Infantil têm sido ampliados em razão das contribuições dessas áreas de estudo; cada vez mais, com enfoques diversos e em muitas áreas do conhecimento como na Pedagogia, Psicologia do Desenvolvimento, Políticas Educacionais, Sociologia da Infância, História da Educação, entre outras. É importante ressaltar que, temas que contemplam a formação dos profissionais que trabalham nesses campos são necessários para compreender as a forma como a criança se expressa, e assim, desenvolver um bom trabalho pedagógico.

De acordo com os ordenamentos jurídicos que regem tal etapa educacional, dentre os quais destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96, a finalidade da Educação Infantil é o desenvolvimento integral da criança na fase de 0 a 5 anos de idade em todos os aspectos como: físicos, psicológicos, mentais, cognitivo e sociais.

Nos primeiros anos da vida de uma criança é de fundamental importância que se tenha uma preparação para lidar com ela, porque a partir de então é que a criança começa a desenvolver suas emoções, e as emoções podem interferir, tanto positiva com negativamente na vida futura.

No que se refere à afetividade, o ser humano está a todo momento passível de ser atingido por sensações do mundo que o cerca, ora agradáveis, ora desagradáveis. Essa carga de sensações é ainda mais acentuada nas crianças, pois ainda estão aprendendo a lidar com os sentimentos.

Dessa forma, elementos externos como o convívio com o outro, algo que chame atenção das crianças e tudo que as rodeia são partes do processo de aprendizagem desses indivíduos em formação. Esses elementos que vêm de fora estão intrinsicamente ligados às suas sensações e emoções, como a alegria, a fome, a incerteza, o medo, dentre outras. A esse conjunto de fenômenos psíquicos, damos o nome de afetividade, que é fundamental para o desenvolvimento da criança.

Estudiosos como Lev Vygotsky (1896-1934) e Jean Piaget (1896-1980), já tinham estudos acerca da importância da afetividade para o desenvolvimento do ser humano. Entretanto, foi o educador francês Henri Wallon (1879-1962) que investigou com maior rigor científico e, com isso, propiciou considerável avanço nos estudos sobre esse tema.

Para Wallon (1995) a inteligência não é o ponto central para o desenvolvimento infantil, e sim o que ele chamou de vida psíquica, ou seja, o que é de origem mental e comportamental no ser humano. Segundo este estudioso, a vida psíquica passa por três fases, que são a motora, a afetiva e a cognitiva, e quando associadas, essas três fases se integram.

A afetividade é um conjunto de reações e ações por meio de que se manifestam as emoções, sejam estas prazerosas ou não. Assim, nas relações com os adultos, as crianças evidenciam sua afetividade de maneira negativa ou positiva. No âmbito das relações negativas, temos o medo e a raiva; já as relações positivas temos o amor e a alegria. Porém, isso tudo dependerá da relação que o adulto estabelecer com a criança seja na escola ou na família. Segundo Giancaterino (2007), diante do processo da educação, o desenvolvimento não acontece de forma isolada, mas se constitui juntamente com professores e educandos, visto que, é por meio da interação e da criação

de vínculo, que acontece a cooperação de ambas as partes, construindo e se acomodando dessa forma, a aprendizagem.

Diante disso, apresentando a teoria pedagógica que se desprenda de algumas pontuações que dizem respeito à formação do indivíduo, como o contexto histórico e as vivências, partimos pelo pressuposto do desenvolvimento intelectual, compreendendo que, quando a criança recebe afeto, ela se desenvolve de forma integral. Por isso, compreende-se processos bem mais complexos que os de natureza biológica, envolvendo aspectos psíquicos e emocionais. Dessa forma, a dinâmica construída em torno do que são as emoções e sobre como lidar com elas, abarcam as emoções no processo cognitivo, fazendo relação com a racionalidade. Ressaltando que, pode ser observado em que na maioria das escolas, as crianças ficam apenas paradas e sentadas, direcionando a sua atenção a apenas uma pessoa ou objeto. Isso faz com que a criança não desenvolva sua capacidade de questionar e desenvolver a sua criticidade e habilidades (BEZERRA, 2006).

Nessa visão, a afetividade tem um papel primordial na construção do processo de ensino-aprendizagem. Esse processo não é algo solto, ele é um conjunto que engloba professores e alunos no estabelecimento de vínculos com a família, com outras crianças e até mesmo com os próprios professores, em relação à afetividade, no processo de aprendizagem.

Portanto, este trabalho propõe-se compreender em que medida a afetividade interfere no processo de ensino e aprendizagem da criança. De forma que o Trabalho de Curso, se desdobra nos objetivos específicos que seguem: caracterizar e mapear os principais marcos regulatórios da Educação Infantil na contemporaneidade, discutir sobre os principais aportes teóricos acerca da relação entre afetividade e desenvolvimento infantil e analisar a importância da afetividade no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil.

A partir dos objetivos expostos delimitamos o nosso percurso metodológico. Segundo Sarmiento (2003), as pesquisas são realizadas dentro de determinado paradigma, não sendo a investigação científica resultado da produção de um investigador isolado do mundo. Portanto, paradigmas são presenças marcantes nos discursos científicos decorrentes de estudos científicos. Esse autor acrescenta ainda que

A investigação científica realiza-se sempre no interior de um diálogo (convergente ou divergente) com a produção do respectivo campo. [...] as condições do diálogo são possibilitadas pela linguagem comum dos paradigmas (ou, no caso das cada vez mais convocadas perspectivas pluriparadigmáticas, no quadro da conversão entre linguagens dos paradigmas): eles enunciam os códigos nos quais se constroem as perguntas e se propõem as respostas da investigação (SARMENTO , 2003, p. 141).

Se a investigação científica é construída a partir de determinado paradigma, inscrevemos nossa pesquisa no campo da pesquisa qualitativa, considerando que esta representa um processo de investigação flexível no qual podemos redirecionar nossas ações, a fim de lidarmos de modo satisfatório com questões que vão surgindo no decorrer da pesquisa, e que exigem de nós novos posicionamentos em relação ao desenvolvimento da investigação.

A Epistemologia Qualitativa é definida por González Rey (2005, p. 49, acréscimos nossos) como,

[um] recorte epistemológico que denominamos epistemologia qualitativa, representa um processo de segmento de hipóteses que vão se elaborando e se desenvolvendo de maneira contínua pelo modelo teórico em construção que acompanha os diferentes momentos de produção de informação dentro do campo da pesquisa, os quais incorporam a expressão contraditória e diversa que os sujeitos estudados produzem durante a pesquisa.

Nossa opção pela pesquisa qualitativa se justifica pelo caráter construtivo-interpretativo dessa modalidade de pesquisa, cujos princípios metodológicos reflexivos nos proporcionaram condições para dialogar com a realidade complexa e articular a dimensão prática e teórica de nosso estudo. Para tanto, o diálogo se transforma em ferramenta central, em função da qual se organiza a investigação (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 47).

Neste trabalho, utilizamos a pesquisa bibliográfica. Esta consiste em possibilitar ao investigador consulta à uma variedade de pesquisas que possam ampliar seu conhecimento. Neste sentido, (GIL, 2002) apregoa que:

[...] convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada

informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-as cuidadosamente. (GIL, 2002, p.45).

Diante disso, desenvolvemos este trabalho a partir das etapas que seguem: inicialmente, justificamos a motivação e relevância da investigação ressaltando a importância da afetividade na educação infantil; apresentamos os objetivos propostos, além de delimitarmos a metodologia adotada para a pesquisa.

A segunda seção discorre sobre a Educação Infantil e as políticas públicas que a sustentam. Nesta seção, os dois tópicos a serem abordados são, a historicização da educação infantil, e um tópico sobre as leis e documentos oficiais que regem a Educação Infantil.

Na terceira seção, serão expostos os princípios e as concepções acerca da afetividade na educação infantil, seguindo com os subtópicos que abordam o desenvolvimento infantil, em seus aspectos conceituais e as implicações da afetividade no desenvolvimento infantil.

Por fim, estarão as considerações finais, apresentando os principais elementos evidenciados no processo de pesquisa.

2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Nesta seção é apresentada a discussão sobre os documentos oficiais que norteiam as práticas educativas na educação infantil, com destaque para a análise de como estes abordam a Educação Infantil. Procederemos ao mapeamento desses marcos regulatórios e ainda, discutimos sobre a importância de tais documentos e legislações desta no processo de desenvolvimento da criança. Vale ressaltar que o período que compreende a Educação Infantil é um momento de muitas descobertas e desenvolvimento de habilidades que acompanharão a criança até a fase adulta.

2.1. Ordenamento jurídico sobre a Educação Infantil

Na segunda metade do século XX, crianças com idade entre 0 e 5 anos de idade começaram a ser reconhecidos como sujeitos ativos no que diz respeito a educação institucionalizada. O processo ocorre a partir de ações que partem de partilhar de experiências no âmbito educacional, juntamente a um adulto que na época em sua grande maioria eram mulheres.

Assim, a Educação Infantil – que antes era direito apenas de crianças de mães trabalhadoras – com a Constituição de 1988 passou a ser direito de todas as crianças. Com a Constituição a Educação Infantil passou a ter seu espaço e a ser uma instituição pública.

A década de 1970 foi marcada por grandes movimentos sociais para a ordem legal da educação, visando a implantação de novas políticas e um processo de redemocratizar o país. Já na década de 1980, houve inúmeras reformas na área da educação, fato marcado pelos direitos das crianças a creches e pré-escolas regidas na Constituição Federal.

Para Kramer (2006),

Nos anos de 1970, as políticas educacionais voltadas à educação de crianças de 0 a 6 anos defendiam a educação compensatória com vistas à compensação de carências culturais, deficiências linguísticas e defasagens afetivas das crianças provenientes das camadas populares. Influenciados por orientações de agências internacionais e por programas

desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa, documentos oficiais do MEC e pareceres do então Conselho Federal de Educação defendiam a idéia de que a pré-escola poderia, por antecipação, salvar a escola dos problemas relativos ao fracasso escolar (KRAMER, 2006, p.799).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 – LDB (1996) destaca o quanto a educação escolar é importante e estabelece em seu artigo 1º que o objetivo da educação é abranger os processos formativos, os quais são amplificados no contexto familiar, no convívio com outros seres humanos, bem como no trabalho e nas instituições de ensino e pesquisa. Abrange também, “nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, p.22).

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p.22).

Já para a Educação Infantil a LDB 9394/96 estabelece em seu artigo 29 e 30 que

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 1996, p.22).

Vale frisar que a LDB 9.394 (1996) salienta que o escopo da educação infantil é promover de forma integral o desenvolvimento da criança (0 a 5 anos) em seus aspectos tanto sociais, mentais ou físicos, tendo a família e o meio onde a criança está inserida como fatores de enorme importância. Todos esses elementos integrados otimizam o processo de aprendizagem nessa fase.

Outro instrumento que faz referência ao ambiente de crianças da Educação Infantil é o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (1998).

O RCNEI (1998) é um documento composto de um conjunto de referências e orientações pedagógicas que dirigem e contribuem na implementação de práticas educativas para promoverem e ampliarem as bases necessárias para se exercer a cidadania das crianças. Esse documento destaca que

A preocupação com o desenvolvimento emocional da criança pequena resultou em propostas nas quais, principalmente nas creches, os profissionais deveriam atuar como substitutos maternos. Outra tendência foi usar o espaço de educação infantil para o desenvolvimento de uma pedagogia relacional, baseada exclusivamente no estabelecimento de relações pessoais intensas entre adultos e crianças. (BRASIL, 1998, p.18).

Assim, a escola também possui a preocupação de atender ao desenvolvimento emocional da criança, visto que, é necessário trabalhar desde a educação infantil, as emoções, para que as crianças compreendam o que estão sentindo e saibam identificar sempre que necessário. No entanto, a escola leva sua atenção às vezes mais ao cuidar do que à aprendizagem, gerando um desconforto, pois, mesmo que as crianças precisem muito de cuidado e atenção, elas também precisam desenvolver seu intelecto. Desse modo, a criança precisa ter um bom relacionamento com os professores e os colegas, a fim de estabelecer a relação e o convívio, porém, devem ser considerados os aspectos, nos quais a criança está inserida dentro da escola, ou seja, as dificuldades que ela apresenta, as habilidades e a forma como interage com as outras crianças e o ambiente escolar.

É necessário que o professor da Educação Infantil ajude a criança a identificar suas necessidades, dando prioridades a elas de maneira adequada. É de fundamental importância que esse professor estabeleça com a criança uma aproximação e que ganhe a confiança desta para que, assim, ela, a criança, tenha uma aprendizagem significativa.

De acordo com o RCNEI (1998)

O desenvolvimento da identidade e da autonomia estão intimamente relacionados com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias. (BRASIL, 1998, p.11).

A construção da identidade e da autonomia se dão pelos processos de socialização e nas interações, partindo daí vínculos afetivos vão sendo construídos entre professores e alunos de modo que aprendam uns com os outros a partir de suas diferenças. Um ambiente de acolhimento de suma importância para o processo de ensino-aprendizagem das crianças na Educação Infantil e cabe ao professor o papel de incentivar a aprendizagem e a linguagem, para que as crianças saibam conviver com os que estão a sua volta, sempre procurando meios para resolver os problemas com os quais se deparam no dia-a-dia. Desse modo, um documento importante e recém criado que norteia as ações didático-pedagógicas na educação infantil é a Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2018) que vem complementar as bases desenvolvidas nas creches e pré-escolas, tendo o RECNEI como documento antecessor.

A BNCC assevera que

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo em que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. (BRASIL, 2018, p.40).

A partir das interações com o mundo, com os familiares, com os pares e com professor, a criança desenvolve afetivamente, no sentido de perceber e questionar sobre si e sobre os outros seres, assim ao participar das relações

sociais as crianças conseguem construir sua própria autonomia, e a se relacionar com o meio.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- DCNEI (2009) confirma que:

[...] as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil contemplando o trabalho nas creches para as crianças de 0 a 3 anos e nas chamadas pré-escolas ou centros e classes de educação infantil para as de 4 a 6 anos, além de nortear as propostas curriculares e os projetos pedagógicos, estabelecerão paradigmas para a própria concepção destes programas de cuidado e educação, com qualidade (BRASIL, 1998).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- DCNEI (2009) é citada a importância que afetividade e as relações sociais têm no processo de ensino e aprendizagem da educação infantil, frisar o quanto é imprescindível que as crianças se sintam acolhidas e amparadas para que se desenvolvam integralmente.

[...] se sentirem acolhidos, amparados e respeitados pela escola e pelos profissionais da educação, com base nos princípios da individualidade, igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade. Deve-se entender, portanto, que, para as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, independentemente das diferentes condições físicas, sensoriais, mentais, linguísticas, étnico-raciais, socioeconômicas, de origem, religiosas, entre outras, no espaço escolar, as relações sociais e intersubjetivas requerem a atenção intensiva dos profissionais da educação, durante o tempo e o momento de desenvolvimento das atividades que lhes são peculiares: este é o tempo em que a curiosidade deve ser estimulada, a partir da brincadeira orientada pelos profissionais da educação. (BRASIL, 2019 p.36).

Ao ser instituída as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), tinham como objetivo orientar as construções de propostas pedagógicas, para nortear as práticas pedagógicas. Para Oliveira (2011) na década de 1990, época do governo de Fernando Henrique Cardoso, a educação passou por processos muito distintos período em que era dedicada apenas para uma parte da população, e a parte mais pobre não era atendida como deveria. Isso causou o reflexo na educação, de forma que os alunos que

precisavam mais, não eram tratados como os demais, não funcionando de maneira igualitária.

Kramer (2011) traz a explicação de que a educação para crianças pequenas passou a ser pensada e fragmentada em creches e pré-escolas a partir de um longo processo histórico. A educação infantil tem por responsabilidade junto à família e à sociedade de proteger as crianças e garantir que elas se desenvolvam plenamente.

A partir de diversas mudanças ocorridas no cenário do país, bem como a segurança e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, a educação passou a ser tema central em diversos debates sobre as políticas públicas. Pensando assim, muitas coisas mudaram sobre ideias de como a criança era inserida na sociedade, qual era seu papel e também em relação ao seu desenvolvimento e a educação. Porém, com todos os avanços ocorridos no âmbito legal, tecnológico e científico em relação ao direito das crianças e a Educação Infantil de melhor qualidade, mesmo assim existe uma não correspondência sobre o que foi documentado e a realidade de escolas infantis pelo país.

Assim, o objetivo principal de analisar as políticas públicas é entender como funcionam e como são elaborados os projetos e programas, fazendo uma relação com a política e suas indagações, incluindo a educação das crianças pequenas. O autor Saviani (1997) nos faz pensar sobre os objetivos estabelecidos na LDB e as ideias que realmente são colocadas em prática em relação as políticas públicas para a educação infantil. Ele expressa que as políticas públicas para a infância, não devem ser analisadas de modo isolado das outras políticas que afetam de forma direta ou indireta

Para Saviani (1997)

Enquanto os objetivos proclamados se situam num plano ideal onde o consenso, a convergência de interesses é sempre possível, os objetivos reais situam-se num plano onde se defrontam interesses divergentes, e por vezes, antagônicos, determinando o curso da ação as forças que controlam o processo (SAVIANI, 1997, p. 190).

Desse modo, apresentada a LDB (Brasil, 1997), ela explica sobre as políticas públicas quanto à infância, e esclarece que

As políticas públicas de atendimento à infância não podem ser analisadas isoladamente de outras políticas que afetam direta ou indiretamente à família e que têm por objetivo possibilitar aos indivíduos serem e sentirem-se bons e satisfeitos enquanto pais, trabalhadores, cidadãos e, enfim, seres humanos dignos. (p. 95).

A garantia de educação de qualidade para todas as crianças é um fato em que devemos considerar a heterogeneidade das crianças e das pessoas que estão junto a elas, e as condições em que o conhecimento é produzido pensando assim na formação dos adultos que os acompanham. Isso quer dizer que a criança possui os seus direitos resguardados por lei, deve ser respeitada como ser humano e tem seus direitos na Educação Infantil, a qual também são resguardados com as diretrizes, que serão apresentadas nessa seção.

A origem das instituições de Educação Infantil está entrelaçada com o desenvolvimento urbano e industrial. Inicialmente as creches eram lugares onde os operários deixavam seus filhos enquanto estavam no trabalho, caracterizando assim, as instituições de Educação Infantil como assistencialistas, ou seja, elas tinham o dever de manter a criança segura, alimentada e higienizada.

Assim, historicamente, foram os médicos higienistas que se alertaram, direcionando-se para a infância, em razão do alto índice de mortalidade infantil. Com isso, a Educação Infantil começou a se desenvolver e criar espaço, levando em conta as questões de saúde e o assistencialismo. Inicialmente, o objetivo a Educação Infantil era agir sob a ótica do assistencialismo, então, as creches possuíam direção filantrópica e seguiam o modelo das creches francesas, tendo a finalidade de cuidar das crianças pobres em idade de 0 a 2 anos, para que as mães pudessem trabalhar.

Depois que atingiam os dois anos de idade, a criança iria para um espaço chamado “asilo”, formado por salas e nesse lugar, elas eram acompanhadas até os sete anos, sendo socialmente assistidas. As pessoas que prestavam o assistencialismo não precisavam ser formadas ou preparadas para essa função, pois, ainda não se prezava a importância das crianças

aprenderem enquanto estivessem sob os cuidados da creche, o que vem ao encontro da grande diferença entre os jardins de infância, que as crianças de classe alta frequentavam. Nesses, era ensinado música, ginástica, leitura, cálculo e escrita, entre outras modalidades, sendo que, para as crianças de classe popular, era ofertada assistência social. (SANTANA, 2011, p. 5).

Para tais fins didático-pedagógicos, é necessária a intervenção pedagógica. Portanto, os profissionais atuantes na Educação Infantil devem estar cientes dos seus deveres na formação integral dos cidadãos. O professor pode elaborar atividades que envolvam o lúdico, brincadeiras, cantigas, contações de histórias são exemplos de atividades que possibilitam às crianças aprender os conteúdos de maneira significativa.

A educação infantil obteve voz e espaço no final da década de 1960 na América e na Europa, já no Brasil só foi a partir de 1970 que essa etapa da educação passou a ter voz e uma maior importância. Dois principais fatores que contribuíram para que a educação ganhasse espaço foram a entrada e participação da mulher no mercado de trabalho, crescimento acelerado da urbanização, entre outros.

No Brasil, as primeiras ideias de educação para crianças fora do convívio familiar e do espaço domiciliar foram colocadas em prática no final do século XIX, com o surgimento de diversos contextos de demandas, como o combate à pobreza e também a complementação do salário para as famílias.

O atendimento às crianças de 0 a 6 anos apareceu no Brasil no final do século XIX, pois antes deste período, o atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições como creches praticamente não existia. Na zona rural, onde vivia a maior parte da população, as famílias de fazendeiros assumiam o cuidado das crianças abandonadas, geralmente fruto da exploração sexual da mulher negra e índia, pelo senhor branco. Na área urbana, bebês abandonados, por vezes filhos de moças pertencentes a famílias de prestígio social, eram recolhidos na roda dos expostos (MARAFON, s/d. p. 4-5).

Desse modo, foi apenas no final do século XIX, que tornou possível a consolidação das ideias sobre a Educação Infantil, como ajuda para as mães que trabalhavam fora e precisavam deixar os seus filhos com alguém. Embora, a Educação Infantil nesse período visasse apenas uma assistência. E então, no Brasil, o mesmo passou a acontecer, de forma que crianças

abandonadas eram recolhidas, para receber os cuidados necessários. Para Souza (2007), o jardim de infância na escola que se concebeu o trabalho de Froebel, os princípios educativos se voltavam para os conteúdos cognitivo e moral. Assim, foi apenas nas primeiras décadas do século XX, que aconteceu a implantação de instituições escolares assistencialistas, em inúmeras regiões do Brasil. Porém, para o setor público, a escola que atendia a elite paulistana, a Escola Normal Caetano de Campos, inaugurou somente em 1896, ou seja, depois de vinte anos das fundações que tiveram iniciativa privada.

As primeiras creches implantadas no país foram no ano de 1896 e eram inspiradas nas creches francesas e dirigidas por instituições filantrópicas, com o intuito de dar atendimento e assistência às crianças menos favorecidas (crianças com idades entre 0 e 2 anos) e que as mães trabalhassem fora de casa. Quando essas crianças saíam da creche iam para as chamadas salas de asilos (lugares sem nenhuma proposta educacional, onde as crianças eram destinadas apenas aos cuidados e senhoras religiosas e da sociedade se dispunham a cuidar dessas crianças menos favorecidas) assim ficando até completar a idade de 7 anos.

Somente a partir do século XX que processos educacionais começaram a ser pensados para crianças de 0 a 6 anos. Os médicos-higienistas eram os que faziam esse trabalho voluntário, juntamente com um grupo de senhoras que prestavam sua solidariedade às crianças pobres, mães que necessitavam trabalhar. O autor Kuhlmann Junior (1998) analisa uma distinção entre os primeiros jardins de infância e as creches no Brasil.

O jardim de infância, criado por Froebel, seria a instituição educativa por excelência, enquanto a creche e as escolas maternas – ou qualquer outro nome dado a instituições com características semelhantes às salles dástle francesas – seriam assistenciais e não educariam (KUHLMANN JUNIOR, 1998, p. 73).

O primeiro jardim da infância público foi criado no ano de 1986 no estado de São Paulo pelo então governador Bernardino de Campos. Embora o Jardim da Infância “Caetano Campos” fosse público, os ricos que se apropriaram das matrículas e das vagas para seus filhos, sendo assim, essa escola se tornou modelo por muito tempo por ser frequentada apenas pela elite paulistana. A

partir dessas informações percebe-se a carência de políticas públicas eficazes e para atender as classes trabalhadoras, e ainda, o abuso de poder na repartição de serviços públicos onde atendiam apenas os mais favorecidos.

Desse modo, se tornou comum que as instituições que ofereciam a Educação Infantil, passassem a ser educacionais, o que na verdade já acontecia, mas como também era assistencialista, surgiu essa imposição. Assim,

Desde o século passado tornou-se recorrente atribuir às instituições de educação infantil a iminência de atingir a condição de educacionais — como se não houvesse sido até então. Muitas vezes, como forma de justificar novas propostas que, por sua vez, não chegavam a alterar significativamente as características próprias da concepção educacional assistencialista (2003, p. 53).

O autor nos faz pensar sobre a repartição entre as ideias de educação e assistência. Muitas escolas foram criadas apenas com a intenção de atender crianças carentes, já outras não tinham essa concepção. Com essas diversas finalidades que a Educação Infantil tinha foram se instituindo objetivos educacionais que deram o impulso para o desenvolvimento da educação infantil no Brasil.

A educação infantil por muito tempo foi vista como algo que não era tão importante, porém, a partir de 1972, muitas crianças já estavam matriculas em creches e pré-escolas em todo o país. Discussões acerca de que a educação para crianças de 0 a 6 anos iriam continuar apenas com os cuidados e o assistencialismo ou se iria ter um cunho pedagógico nessas instituições de ensino era pauta para a sociedade discutir, apesar de que nessa época muitas escolas já ofereciam apoio pedagógico. Nessa vertente, Oliveira (2005) declara que

A ideia de jardim-de-infância, todavia, gerou muitos debates entre políticos da época. Muitos criticavam por identificá-lo com as salas de asilo francesas, entendidos como locais de mera guarda das crianças. Outros defendiam por acreditarem que trariam vantagens para o desenvolvimento infantil, sob influência dos escolanovistas (2005, p.92).

O tempo e o trabalho educacional, embasados em documentos oficiais mostraram que a educação infantil era mais que “tomar conta” das crianças, era a base de todo aprendizado que estas iriam vivenciar, ressaltando que a partir do desenvolvimento tecnológico ocorrido no século XX, fez com as mães mudassem a maneira de ver a educação de seus filhos. Para Oliveira (2011)

A atual etapa reconhece o direito de toda a criança à infância. Trata-a como “sujeito social” ou “autor pedagógico” desde cedo, agente construtor de conhecimentos e sujeito de autodeterminação, ser ativo na busca do conhecimento, da fantasia e da criatividade, que possui grande capacidade cognitiva e de sociabilidade e escolhe com independência seus itinerários de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2011, p.81).

A partir de novas percepções sobre as crianças fez-se necessário que a educação infantil fosse transformada, a partir dessas transformações os pensadores e educadores buscaram cada vez mais o aprimoramento de suas concepções.

A educação infantil ao longo de seu processo histórico foi-se constituindo como instituição educacional. É notável que, com o passar dos anos, as particularidades das instituições de ensino infantil foram mudando, as vivências e o cotidiano foram se transformando e as instituições passaram a ter novas características.

Assim, as relações afetivas e biológicas que são estabelecidas nas escolas de educação infantil também foram sendo transformadas ao longo de sua história. Com isso, a relação entre o educar e o cuidar foram se entrelaçando, porém um ganhou mais lugar que o outro, deixando assim muito confuso, pois nunca se sabe onde começam e onde acabam, no ambiente escolar. Nota-se que a sociedade tem o poder de intervir no desenvolvimento psíquico da criança, por meio de suas vivências e dificuldades para enfrentá-las. Por isso, a criança é dependente, pela maior parte do tempo, dos adultos ao seu redor para viver. (WALLON, 2010).

Deste modo, a educação infantil no Brasil durante muitos anos teve como enfoque a responsabilidade da educação das crianças era da família, pois com sua família as crianças aprendiam as regras e tradições para conviver em sociedade. Para Kramer (1984)

A ideia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que muda a inserção e o papel social desempenhado pela criança na comunidade. (KRAMER, 1984: 19).

Com o capitalismo em alta, o conceito sobre infância começou a ser construído e qual seria seu papel na sociedade. Antes, as crianças eram tratadas como pequenos adultos, desde muito novas precisavam assumir diversas funções na produção rural. Com o processo de capitalização, a criança começou a ser vista como indivíduo social, e viram que estas necessitavam de cuidados e de ir a uma escola.

A partir de tantos avanços no espaço da educação infantil, com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso IV, determinou como "o dever do Estado com a educação às crianças de zero a cinco anos) será efetivado mediante garantia de atendimento em creche e pré-escola. Portanto, a Constituição determina e assegura os direitos das crianças, e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1942, deu direito a educação das crianças em seus primeiros anos de vida.

Contribuindo com a mudança da finalidade social da Educação Infantil, o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990) juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases-LDB apregoam a criança é um sujeito de direito e esses direitos devem ser garantidos por parte da família, sociedade e Estado. Após esses avanços, a Educação Infantil passou a ser parte da Educação Básica e a oferta de creches passou a ser dever do Estado. Essa etapa de Ensino atende a crianças de 0 a 5 anos, sendo dividida em creche e pré-escola. A essas instituições são atribuídas as seguintes características: ser um ambiente acessível e acolhedor; oferecer condições para que as crianças aprendam e cumprir com seu papel de socialização e interação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei 8.069/90, trouxe inúmeros benefícios para a educação infantil. Foi um documento que fez com que as crianças obtivessem seus direitos como cidadãos, tendo garantidas a educação, saúde e proteção absoluta a criança e ao adolescente pela família para a sociedade, para que ela tenha seus direitos realizados. Esse documento

traz a definição de que a educação no âmbito escolar é imprescindível para que a criança se desenvolva.

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – direito de ser respeitado por seus educadores; III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV – direito de organização e participação em entidades estudantis; V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (Estatuto da criança e do adolescente. (BRASIL, ECA, 1990).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) foi criado em 1998, e com a criação de políticas públicas para a Educação Infantil, obteve-se um importante avanço e passou a ter um significado maior. Esse documento conta com três volumes que têm por objetivo dar um direcionamento nos aspectos do assistencialismo nas instituições da educação infantil e também traz elementos que ajudam na elaboração de projetos educativos.

Pensando nas áreas do desenvolvimento da criança, o Estatuto da criança e do adolescente (ECA) reforça como já dito no RECNEI, que a criança tem direito à segurança no ambiente familiar, escolar e na sociedade, porque são pessoas em desenvolvimento e que ainda não respondem por si.

A criança e o adolescente vivem um período de intenso desenvolvimento físico, psicológico, moral e social. Em 1990, o ECA estabeleceu que a família, o Estado e a sociedade são responsáveis pela sua proteção, reconhecendo as crianças e adolescentes como sujeito de direitos que devem ser garantidos por lei. (BRASIL, 1990, p. 11).

Após vários estudos que contribuíram para a construção da concepção da Infância e da importância que ela recebe, há uma tentativa de romper com o caráter assistencialista da creche. O RCNEI propõe que,

Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as

especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas (BRASIL, 1998, p.17).

Em relação à inclusão dos documentos que orientam a Educação Infantil e as políticas públicas, tem-se um significado maior quanto à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) passa a reconhecer que a primeira etapa da educação básica, que tem por finalidade o desenvolvimento de crianças de até cinco anos de idade em todos os aspectos. A educação de crianças de 0 a 5 anos de idade é dever do Estado, desse modo,

O atendimento em creche e pré-escola, a Constituição criou uma obrigação para o sistema educacional, pela qual teve que se equipar para dar respostas a esta nova responsabilidade. Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 ratificou que "é dever do Estado assegurar [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade (BRASIL, ECA, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394, no artigo 4º, inciso IV fala sobre o atendimento gratuito nas creches e pré-escolas que é um dever do Estado. Estabelece que o atendimento para essa faixa etária está sob responsabilidade dos municípios, definindo que as instituições da Educação Infantil, privadas ou públicas, estão implantadas no sistema educacional

Com isso, Kramer (2006) apresenta que o papel que foi desempenhado pelos movimentos sociais, foi importante para conquistar o reconhecimento na Constituição de 1988, que expressa os direitos da criança de 0 a 6 anos de idade, tal como o dever do Estado, na responsabilidade de oferecer creches e pré-escolas para estabelecer de fato o direito, sendo reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, que ocorreu na Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

3 CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS ACERCA DA AFETIVIDADE E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Nessa sessão, serão abordadas concepções sobre a afetividade e o desenvolvimento infantil, como aspecto importante na construção de identidade do indivíduo. Buscando apresentar a afetividade como uma das dimensões do ser humano e também uma das fases mais antigas do desenvolvimento cognitivo humano. Ressaltando a forma como a ação pedagógica se envolve nas práticas afetivas e no cotidiano das crianças, se desenvolvendo em seu aspecto biológico e social, nas relações com o meio.

3.1 O afeto na relação com a criança

O afeto é um sentimento que constitui a afetividade humana e significa um conjunto de fenômenos físicos que se pode observar com relação às emoções, sentimentos e paixões. Eles geralmente são acompanhados de uma impressão de dor ou prazer, satisfação ou insatisfação, de agrado e desagradado. Então, observa-se que o afeto possui essas características, e elas são vivenciadas no cotidiano da criança, conforme o que acontece com ela, é apresentada uma reação (CODÓ; & GAZZOTTI, 1999, p. 48-59).

Desde que as crianças nascem, elas precisam de cuidados especiais e de alguém que fique sempre por perto delas, quando crescem, se tornam mais independentes e autônomas, mas, em vários aspectos, principalmente na aprendizagem, a criança precisa de acompanhamento, tanto da família, quanto da escola. Sabemos que a relação família-escola é extremamente importante para a vida escolar das crianças e adolescentes, e esse fator envolve a afetividade, pois se na relação professor-aluno não há afetividade, aos alunos pode se tornar mais complexo o desenvolvimento do processo que vai seguir.

Nessa perspectiva, Ostetto nos traz que “o pedagógico também envolve o que se passa nas trocas afetivas, em todos os momentos do cotidiano com as crianças; perpassa todas as ações: limpar, lavar, trocar, alimentar, dormir”. (2000, p. 192). Ou seja, na pedagogia é preciso que tenha afetividade, desde o momento de limpeza e aceitação de um bebê, até os alunos maiores, que possuem demandas específicas da sua idade.

A afetividade é de fundamental importância para a construção da pessoa e também da construção do conhecimento e também muito importante para o desenvolvimento da humanidade, pois ela se manifesta desde o nascimento e estende até o primeiro ano de vida do ser humano. Wallon (2010) defende que uma criança saudável, que tem um bom relacionamento com todos e tudo que a cerca. Tem a necessidade de ser um objeto de manifestações afetivas para que assim se desenvolva biologicamente e seja normal. Assim,

Uma teoria pedagógica que se depreenda das ideias sobre a construção do indivíduo a partir de Wallon diz que o desenvolvimento intelectual envolve muito mais do que um aparato cerebral. Pressupõe perceber a dimensão afetiva do indivíduo e trabalhar-la para permitir uma construção cognitiva mais dinâmica e efetiva. Sendo assim, uma teoria pedagógica inspirada em Wallon pressupõe um movimento dialético entre afetividade, emotividade e subjetividade com processos cognitivos, interação social e racionalidade mutuamente imbricado e relacionados em via de interdeterminação (BEZERRA, 2006, p. 23).

A afetividade é um sentimento que está baseado na confiança, no carinho, no respeito na admiração e que faz com que nossa autoestima eleve, assim em sala de aula o aluno consegue mostrar se gosta ou não de estar na escola. A falta desse sentimento traz problemas e consegue que a criança fique totalmente negada a tudo. É dever dos pais e dos professores levarem em consideração a afetividade durante o processo de ensino-aprendizagem.

Se a educação não conseguir promover a construção do conhecimento por meio do afeto, do respeito às dificuldades e aos sentimentos do aluno, não será à base do autoritarismo e do castigo que formará cidadãos coerentes. Pois o afeto entre educador e educando é como uma semente lançada em terra fértil: germina numa rapidez surpreendente e produz frutos de qualidade (BONFIM, 2011, p. 9).

Ostetto (2000) apresenta de forma simplificada que, todos os momentos que passamos com as crianças na creche devem ser levados em consideração, e que cada um tem sua importância no cotidiano e na vida delas. Com isso, alimentar a criança, limpar e demais atividades diárias fazem parte do planejamento pedagógico, para que possamos incluir atividades cognitivas, motoras e de desenvolvimento, junto a elas. A troca afetiva também se faz

importante porque a maioria das crianças acaba passando mais tempo na creche do que com a própria família.

Hoffmann (2011) mostra qual o significado de respeitar a criança

Respeitar a criança é não limitar suas oportunidades de descoberta, é conhecê-la verdadeiramente para proporcionar-lhe experiências de vida ricas e desafiadoras, é procurar não fazer por ela, auxiliando-a a encontrar meios de fazer o que quer, é deixá-la ser criança. Respeitá-la é oferecer-lhe um ambiente livre de tensões, de pressões, de limites às suas manifestações, deixando-a expressar-se da maneira que lhe convém e buscando entender o significado de todas as suas ações. (HOFFMANN, 2011, p.13).

O bebê se não for por sua capacidade de mobilização poderosa, ou seja, na questão de seu atendimento imediato de suas necessidades, ele morreria. Quando o bebê chora ele faz com que sua mãe venha rápido para ver o que houve, o choro tem o papel de atuar de maneira intensa sobre a mãe. O psicólogo francês Henri Wallon (2010) considera que a emoção é fundamental e social, pois ela que nos dá as primeiras e mais intensas conexões entre os seres humanos.

Quando a criança completa três anos, acontece uma transformação na conduta dela e nas suas relações com o meio em que vive, algo que é muito importante e que para Wallon vem desde quando a criança está na barriga da mãe, e se estende até para além de quando nascem. Aqui é onde se iniciam os conflitos interpessoais, onde a criança diz não a tudo o que acha que está diferente dela e que venha de outras pessoas.

Para Wallon (2010) a afetividade é das dimensões do ser humano e também uma das fases mais antigas do desenvolvimento cognitivo humano, pois deixou de ser orgânico e passou a ser afetivo, e da afetividade passamos a ser mais racionais. A afetividade e a inteligência estão estreitamente ligadas pois sempre uma terá domínio sobre a outra, mesmo que haja uma diferenciação entre elas.

Para Dantas (1992),

Ao longo do trajeto elas alternam preponderâncias, e a afetividade reflui para dar espaço à intensa atividade cognitiva

assim que a maturação põe em ação o equipamento sensório-motor necessário à exploração da realidade” (DANTAS, 1992 p.90).

Dessa forma, quanto mais houver afetividade entre o professor e o aluno, mais as crianças irão desenvolver a memória, autoestima, vontade e pensamento. Esses fatores geralmente influenciam no desenvolvimento cognitivo, porque quando o aluno se sente bem no ambiente escolar, a atenção com a aula e o interesse pelos estudos aumenta significativamente. No que tange à afetividade, existem pessoas que ainda acreditam que ser afetivo é apenas uma questão de abraçar e beijar o aluno, e por mais que seja realmente acolhedor, essa forma não é a única para se manifestar a afetividade.

Para Wallon (2010) o conceito de afetividade é bem abrangente.

É possível pensar a afetividade como um processo amplo que envolve a pessoa em sua totalidade. Na constituição da estrutura da afetividade, contribuem de forma significativa as diferentes modalidades de descarga do tônus, as relações interpessoais e a afirmação de si mesmo, possibilitada pelas atividades de relação (WALLON, 2010, p.14).

Wallon (2010) desenvolveu muitos estudos acerca da afetividade e suas concepções nos remete sobre como esse tema é amplo e como nossas relações estão carregadas de afetividade que começam a ser construídas assim que somos concebidos. Para Wallon (2010) é muito importante que se estabeleça as relações de afetividade na escola pois estas são de grande relevância no processo de ensino-aprendizagem, é necessário que a criança se sinta amada e querida para se desenvolver.

Wallon (1942) conclui que,

[...] contribui ao iluminar com outro foco como se dão as passagens de um momento a outro do processo de desenvolvimento: a criança passará por diferentes fases, cuja superação se dará por meio da vivência de uma ruptura, ou, nas palavras do autor, de uma crise. Nesse sentido, esse momento de ruptura é de fundamental importância e deve ser valorizado, uma vez que, tendo acumulado experiências e desenvolvido outros recursos, em determinado momento o sujeito necessita haver-se com essas coisas para garantir seu

processo de individuação e autonomização (WALLON 1942, p. 40).

A criança evolui mutuamente tanto no seu aspecto biológico quanto no social. A criança não só se evolui na sua capacidade intelectual, mas também na capacidade biológica, considerando sempre o meio em que está inserida e as relações que estabelece. Ao desenvolver suas capacidades intelectuais e biológicas, a inteligência e afetividade vão se tornando aspectos de grande importância.

A dimensão afetiva que é de fundamental importância para Wallon, seja do ponto de vista da construção da pessoa, como do ponto de vista do conhecimento, é, portanto, marcante para o desenvolvimento da humanidade que se manifesta a partir do nascimento e estende-se pelo primeiro ano de vida da criança. Wallon explica que uma criança sadia, quando já está se relacionado afetivamente bem com o meio que a cerca, em particular com sua mãe, sente necessidade de ser objeto de manifestações afetivas para que, assim, seu desenvolvimento biológico seja perfeitamente normal (BEZERRA, 2006, p. 22).

Ao se pensar em ensino e aprendizagem devemos pensar na afetividade pois, ambas devem caminhar juntas. Não é possível pensar em ensino-aprendizagem sem pensar nas interações, sem convívio, sem trocas isso tudo faz com que se tenha um melhor convívio. No que tange à formação de profissionais da educação, percebemos que no Brasil, a formação para a educação infantil se apresenta insuficiente no que diz respeito ao preparo para a prática pedagógica, sendo insuficiente para preparar o professor e sem oferecer a ele subsídios teóricos necessários ao conhecimento da criança, se tratando de seus aspectos biológico, psicológico, afetivo, histórico e socioculturais.

Tais conhecimentos se fazem necessários para que o professor possa reconhecer a relevância apresentada no seu trabalho, observando a necessidade do aluno em relação ao cumprimento de seus direitos quanto discente. De modo que, o professor passa a reconhecer seu papel essencial na formação do cidadão, formando essas crianças, contribuindo para a formação integral dos mesmos, na construção da identidade e da autonomia (SANTANA, 2011, p. 2).

Para Wallon (1989)

A afetividade, com esse sentido abrangente, está sempre relacionada aos estados de bem-estar e mal-estar do indivíduo. A afetividade se desenvolve, podendo ser identificada, em duas etapas, sendo a primeira de base mais orgânica, e a outra de base mais social. Quando os motivos que provocam os estados de bem-estar e mal-estar, já não são limitados às sensibilidades íntero, próprio e êxtero, mas já envolvem a chamada sensibilidade ao outro, a afetividade passa para um outro patamar, já que de base fortemente social. Assim a afetividade evolui para uma ordem moral e seus motivos são originados das relações indivíduo-outrem, sejam relações pessoais ou sociais (WALLON, 1989, p. 53)

Piaget (1959) defende que, durante a vida, o indivíduo desenvolve relações cognitivas e afetivas, de forma que desencadeiam as reações de rebeldia, obediência e os sentimentos, seja de temor ou carinho. Nessa perspectiva, podemos entender melhor que a criança constrói um vínculo com seu professor durante todo o tempo em que fica na escola, e o professor também está suscetível a esse vínculo. Além disso, ele é importante para a relação professor--aluno que construímos ao longo do tempo. São variadas as situações, mas alguns professores tendem a falar mais alto, e nessas salas os alunos também são mais agitados; já outros professores falam mais baixo e conseguem fazer com que a turma volte a atenção para ele, sem precisar de gritos. Com isso, Piaget (1962) completa

É incontestável que o afeto desempenha um papel essencial no funcionamento da inteligência. Sem afeto não haveria interesse, nem necessidade, nem motivação; e conseqüentemente, perguntas ou problemas nunca seriam colocados e não haveria inteligência. A afetividade é uma condição necessária na constituição da inteligência, mas, na minha opinião, não é suficiente (PIAGET, 1962. p. 43).

Algumas atividades podem ser preparadas para que aproximem mais os alunos de seus colegas e de seus professores, pode-se propor uma roda de conversa, para que os alunos digam como foi o final de semana deles, a semana e tenham espaço para serem ouvidos, o que lhes causa muita falta, visto que, muitas pessoas não dão voz à criança e acabam não ouvindo o que elas tem a dizer. Portanto, a criança também deve entender que por mais que

seja importante o vínculo professor-aluno, ele também tem um limite, pois é necessário diferenciar o momento em que se está com a família, do momento com o professor. Mesmo que o professor proponha desafios, seja amigo e presente, em sala de aula precisa haver um limite de respeito, entendendo que ele é um profissional

Para Wallon (2010) define a afetividade como um processo abrangendo diversos aspectos.

É possível pensar a afetividade como um processo amplo que envolve a pessoa em sua totalidade. Na constituição da estrutura da afetividade, contribuem de forma significativa as diferentes modalidades de descarga do tônus, as relações interpessoais e a afirmação de si mesmo, possibilitada pelas atividades de relação (WALLON, 2010, p. 14).

A teoria de Wallon (2010) aborda sobre três aspectos fundamentais afetivo-cognitivo-motora, nos mostramos como estes três se interferem no processo de ensino-aprendizagem. Dantas (1990, p.3) "sua teoria integra razão e emoção; sua vida, reflexão à conduta".

Wallon (2010) fala sobre a relação entre a emoção e a personalidade dizendo que estas são de extrema importância para o desenvolvimento psicomotor para as crianças. O conjunto funcional afetividade possui três fatores orgânicos e sociais, que ativam a parte fisiológica, representacional e de autocontrole.

A emoção é definida pelo recurso de ligação entre o mundo físico e cultural. Compõe sistemas de atitudes percebidas pela expressão corporal, de forma que são estabelecidos padrões para a alegria, o medo, a tristeza, a raiva, etc. A emoção estimula o desenvolvimento cognitivo e incentiva mudanças que tendem a uma diminuição deste sentimento.

O sentimento está relacionado a expressão representacional da afetividade, não implicando em relações diretas como na emoção. O sentimento tende a reprimir, a impor controles que quebrem a potência da emoção. O indivíduo adulto tem mais facilidades em expressá-lo, através da observação, das expressões nas horas oportunas, da tradução de seus motivos e circunstâncias.

Por sua vez, a paixão revela o aparecimento do autocontrole como condição para dominar uma situação. Para isso, configura a situação, o comportamento, de forma a atender às necessidades afetivas.

Wallon (2010) nos mostra que afetividade é um fator muito importante para o desenvolvimento infantil. Com a afetividade as crianças conseguem estabelecer valores, criar vínculos com os adultos e os outros que o rodeiam.

A proposta da educação infantil deve considerar o currículo como o conjunto de experiências em que se articulam saberes e socialização do conhecimento em seu dinamismo, dando ênfase à gestão das emoções, entre outros aspectos (BRASIL, 2010, p. 19).

Nesse sentido, o desenvolvimento da emoção é um procedimento que começa no início da vida e vai até o fim dela. A partir das emoções é que a linguagem surge, o afeto é um sentimento capaz atender as necessidades da criança pequena, pois quando ela chora por exemplo é a maneira que utiliza para se comunicar.

3.1 Implicações da afetividade no desenvolvimento infantil

O desenvolvimento infantil é algo muito importante para todos indivíduo, pois nesta fase que a criança se encontra, principalmente no período de 0 a 7 anos de idade, é o período de início do desenvolvimento quanto ser social, construção da identidade, onde a criança começa a se identificar com o seu meio, a família e com o outro, seja um colega da escola ou da vizinhança. É nesse período da vida que temos contato com os meios que nos rodeia, tanto social e cultural. Esses fatores podem ter influências negativas e positivas no desenvolvimento e na aprendizagem de cada um.

A afetividade é um sentimento poderoso pois ela é expressada pelas emoções que são as primeiras demonstrações de afeto, e é um elemento fundamental para que as crianças interajam com o meio.

Para Galvão (2014)

No bebê, os estados afetivos são, invariavelmente, vividos como sensações corporais, e expressos sob a forma de emoções. Com a aquisição da linguagem diversificam-se e

ampliam-se os motivos dos estados afetivos, bem como os recursos para sua expressão (GALVÃO, 2014, p.62).

Por esses fatores, entendemos que a afetividade é parte integrante do indivíduo, sendo importante por toda a vida, porém, quando se diz que na infância é um fator determinante, queremos expressar que, a criança é um indivíduo que está em pleno desenvolvimento e precisa de estímulos, de pessoas que acompanhem o seu desenvolvimento e aprendizado, e mostrem para essa criança que a maneira como ela desenvolve, é significativa.

Wallon (1995) Descreve como a afetividade se manifesta no psíquico das crianças.

[...] a afetividade favorece a precocidade nas manifestações psíquicas da criança, encontrando-se ligada às suas necessidades e automatismos elementares, imediatamente consecutivos ao nascimento. Parece difícil não lhe atribuir, como expressão de mal ou bem-estar, o primeiro comportamento muscular e vocal da criança de peito. As próprias gesticulações a que também se entrega parecem, ao mesmo tempo, indício e fonte de prazer (WALLON, 1995, p. 128).

Nesse aspecto, a criança começa a se desenvolver afetivamente, desde o princípio de sua vida, ao receber os primeiros sinais de afeto e cuidado. A afetividade causa na criança um prazer por ser acolhido e se sentir bem no ambiente, e as suas reações são manifestadas de forma psíquica, pelos gestos e pela voz.

Para Wallon (1968) as emoções e a afetividade no desenvolvimento infantil têm um papel promissor e muito importante ao longo da vida da criança, pois ela vai se formando quanto pessoa e as transformações pelas quais ela passa, recebem grande importância e um ritmo alterado. Durante as fases de desenvolvimento, o indivíduo passa por determinadas situações e aprendizados em cada uma delas, de forma que cada uma tem as suas particularidades. A fase da puberdade é a que recebe mais atenção, devido à mudança no corpo e a sua transformação.

Diante disso, podemos dizer, segundo Wallon (1968), que a evolução do indivíduo pode ser percebida no seu período de afetividade, já nos princípios da vida psíquica, de forma que ela pode sofrer influência pelas regiões

subjacentes ou até mesmo anteriormente, na vida neurovegetativa, a qual “o equilíbrio visceral das primeiras semanas ou dos primeiros meses pode já orientar as bases profundas do futuro comportamento” (p. 216). No entanto, se referindo ao contato entre sujeito e ambiente, eles acontecem de forma afetiva, relacionando as emoções. O contato do sujeito com o ambiente, traz à tona as suas emoções e ele fica imerso, estabelecendo um contato emotivo, que por sua vez, é um contato mimético. Primeiramente ocorre a participação, no lugar da simpatia, assim, na maioria das vezes, lhe vem as situações emocionais. (WALLON, 1968).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido, apresentando os pressupostos da pesquisa, de acordo com os documentos presentes, conclui-se que, a afetividade é um aspecto imprescindível para o processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista o contexto histórico da educação infantil, o qual passa pela transição do conceito de criança, da aceitação da criança como um indivíduo social, seguindo por inúmeras discussões, até os jardins de infância, onde, como êxito puderam fazer observações e estudos mais aprofundados sobre a criança, sobre mapear marcos regulatórios da educação infantil; discutir principais aportes teóricos sobre afetividade e desenvolvimento infantil e analisar a importância da afetividade no processo ensino e aprendizagem.

O desenvolvimento da criança deve ser levado em consideração, juntamente com o fato de que ela está inserida em uma sociedade e deve conviver com ela, se adaptar, criar meios de interação e iniciar o seu processo de aprendizagem. Conforme discutido, adentramos no universo da criança, primeiramente entendendo sobre a construção da infância, do contexto que foi gerado para que hoje ela pudesse ter os direitos à educação, à saúde, mantendo a responsabilidade do desenvolvimento psicossocial para o Estado, a sociedade e a família.

Desse modo, a presente pesquisa buscou defender o ponto de vista teórico metodológico sobre a afetividade, esclareceu essa trajetória de maneira síncrona, fazendo uso da historicidade no que diz respeito à afetividade e como ela está ligada à educação infantil. Visto que, na educação infantil, aspectos sociais são desenvolvidos, e para que isso aconteça, foi necessário apresentar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as Leis de Diretrizes e Bases (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e devidos documentos que fazem a educação infantil acontecer e se desenvolver. Estando à par das legislações e políticas públicas, a educação infantil então, é desenvolvida, procurando levar igualdade para atender às crianças.

Assim, para além da condição de ser social, de acordo com a literatura e a revisão bibliográfica que foi feita, apresentou que a criança precisa de afeto e cuidado próprios de cada fase, apresentando posteriormente, a necessidade de afeto também no ambiente escolar, para se sentir mais segura e se

desenvolver melhor. Como bem mostra Wallon e Piaget (1959), nas fases do desenvolvimento da criança e nas suas interações sociais, a criança novamente precisa de uma atenção voltada a ela, para o ser criança, e como a afetividade pode influenciar na sua evolução social e psicológica.

5 REFERÊNCIAS

BONFIM, Valéria Amorim. **Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** n. 20. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Vol.1. Brasília: MEC\SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. —Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **LEI 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Leis e Diretrizes da Educação**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

BRASIL, ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm
Acesso em: 11/10/2020.

BRASIL. Câmara dos deputados. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 5. Ed. Biblioteca Digital da Câmara dos deputados, atualização 2011. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_6ed.pdf?sequence
Acesso: 11 de Outubro de 2019.

BEZERRA, Ricardo José Lima. **Afetividade como condição para a aprendizagem: Henri Wallon e o desenvolvimento cognitivo da criança a partir da emoção**. 2006.

CODO, W. & GAZZOTTI, A.A. Trabalho e Afetividade. In: CODO, W. (coord.) **Educação, Carinho e Trabalho**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

DANTAS, Heloysa. **A infância da razão**. São Paulo: Editora Manole, 1990.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei nº 8069/90, de 13 de julho de 1990. Rio Grande do Norte, FUNDAC/RN. Edição publicada em 2004.

BRASIL. **LEI 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Leis e Diretrizes da Educação.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

GALLAHUE, David L., 1943- **Educação física desenvolvimentista para todas as crianças** / David Gallahue, Frances Cleland Donnelly; [tradução Samantha Prado Stamatiu, Adriana Elisa Inácio]. – 4.ed. – São Paulo: Phote, 2008.

GALVÃO, I. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil.** 23ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GIANCATERINO, R. **Escola, Professor, Aluno. Os Participantes do Processo Educacional.** São Paulo: Madras, 2007.

HOFFMANN, JUSSARA. **Ação educativa na creche.** Editora Mediação, 9º Edição. Porto Alegre. 2011.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e Educação Infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. **Educação & Sociedade.** Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797- 818, out. 2000.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. R.; CORSINO, P. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 69-85, jan./abr. 2011.

KRAMER, Sonia; Nunes, Maria Fernanda. Gestão pública, formação e identidade de profissionais de educação infantil, **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 131, maio/ago. 2007

MARAFON, Danielle. **Educação Infantil no Brasil:** um percurso histórico entre as idéias e as políticas públicas para a infância. s/d. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../ZjxYEbbk.doc Acesso em 10 de Outubro de 2019.

MELLO, Tágides; RUBIO, J. D. A. S. A importância da afetividade na relação professor/aluno no processo de ensino/aprendizagem na educação infantil. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 4, n. 1, p. 1-11, 2013.

OLIVEIRA. S. M. L. O. A legislação e as políticas para a educação infantil: avanços, vazios e desvios. In: MACHADO. M. L. A. **Encontros e desencontros em educação infantil.** São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Z. **Educação infantil: fundamentos e métodos.** 7ª ed. São Paulo. Cortez, 2011.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios**. Papirus Editora, 2000.

PIAGET, Jean. The relation of affectivity to intelligence in the mental development of the child. In: Bull Menninger, 26, (3), 1962.

PIAGET, J. Aprendizagem e conhecimento. In: PIAGET, J., GRÉCO, P. Aprendizagem e conhecimento. Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1974. Título original: Apprentissage et connaissance, 1959.

PINTO. M. **A infância como construção social**. In: PINTO. M SARMENTO, M. J. As crianças – contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança/ Universidade do Minho – Portugal, 1997.

SANTANA, Djanira Ribeiro. Infância e educação infantil no Brasil: percursos e percalços. **Enciclopédia Biosfera**, v. 7, n. 12, p. 1-11, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997.

SILVA, Nelma albino da. **A importância da afetividade na relação professor-aluno**. Brasil, 2013, 44 páginas. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

WALLON, Henri. Do Ato ao Pensamento. Tradução e organização: Patrícia Junqueira. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora: Massagana, 1942.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, p. 216 1968.

WALLON, Henri. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1986. **As origens do caráter na criança**. São Paulo: Difel, 1972. 26

WALLON, Henri. **As origens do pensamento da criança**. São Paulo: Manole, 1989

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São; Martins Fontes, 2010.